



2º Simulado

PM GO

Cargo: Soldado Combatente
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado PM GO – Soldado Combatente – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PM GO;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PM-GO-Soldado-Combatente-12-06-22>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |

PORTUGUÊS**Fabrizio Dutra**

Ao final deste dia, um cavaleiro vencido entra no acampamento vindo do oriente. Tem no peito uma ferida profunda de onde o sangue brota quase negro. Diante da tenda do filho do rei Filipe, o cavaleiro desaba. Alexandre, mais por ser um guerreiro do que um príncipe, é quem o acode. Um oficial da sua guarda pessoal traz água, outros gladiadores se aproximam. Todos sabem que estão por presenciar uma morte.

01. Leia os excertos que seguem e analise as respectivas reescritas propostas para eles.

I. Ao final deste dia, um cavaleiro vencido entra no acampamento vindo do oriente. // Ao final do dia de hoje, um cavaleiro derrotado adentra o acampamento oriundo do oriente.

II. Tem no peito uma ferida profunda de onde o sangue brota quase negro. // Há no peito um machucado profundo de onde o sangue nasce quase negro.

III. Todos sabem que estão por presenciar uma morte. // Todos tem noção de que estão presenciando uma morte.

O sentido e a correção gramatical dos excertos foram devidamente mantidos apenas em:

- a) II
- b) I e II
- c) I
- d) II e III
- e) I e III

02. Ainda sobre o texto acima, assinale a correta análise gramatical feita a partir dos constituintes textuais.

- a) Ao final deste dia, um cavaleiro vencido entra no acampamento vindo do oriente. (Nesse período, a vírgula, após a palavra 'dia', poderia ser corretamente retirada.)
- b) Tem no peito uma ferida profunda de onde o sangue brota quase negro. (O termo 'uma ferida profunda' exerce a função de sujeito)
- c) Diante da tenda do filho do rei Filipe, o cavaleiro desaba. (A vírgula é utilizada para isolar uma expressão explicativa.)
- d) Alexandre, mais por ser um guerreiro do que um príncipe, é quem o acode. (As vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, com manutenção da correção gramatical.)
- e) Todos sabem que estão por presenciar uma morte. (O termo 'que' é um pronome relativo.)

03. Um oficial da sua guarda pessoal traz água, outros gladiadores se aproximam.

Sobre o pronome 'se', expresso na frase acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ele se encontra na posição proclítica em relação ao verbo.
- b) Se ele fosse deslocado para depois do verbo, seria provocada uma incorreção gramatical.
- c) Ocorre na oração um caso de próclise facultativa.
- d) O verbo trazer é transitivo direto.
- e) O termo 'outros' pertence à classe dos pronomes.

04. Todos sabem que estão por presenciar uma morte.

Assinale a alternativa abaixo que exerce a mesma função sintática que o termo destacado acima:

- a) Duro o sobrecenho, a cara franzida e má, trabalhava ele sombriamente à sua secretária.
- b) O ruído aumentou. Cruzaram-se injúrias mais fortes.
- c) E o rapaz arremessou a pena e correu à porta da sala.
- d) Pois não vês que é tua mãe que me provoca?! berrou o outro apoplético de raiva. Vem ouvir só o que ela me está dizendo
- e) – Covarde?! Pois vou dar-te o pano de amostra da minha covardia, víbora assanhada!

Tarde de inverno. Ouvia-se o relógio palpar soturnamente ao fundo da longa sala e ouvia-se o crepitar das asas de um inseto que se debatia contra as vidraças de uma janela fechada. A casa, na sua adormecida opulência coberta de pó, tinha um duro e profundo aspecto de tristeza.

Dois homens, pai e filho, um eternamente irresponsável e criança, apesar das suas rugas e dos seus cabelos falsamente negros, o outro já desiludido e velho, a despeito dos seus miseráveis vinte e poucos anos; ambos cansados, ambos tristes ambos inúteis e vencidos, quedavam-se, sem ânimo para mais nada, assentados um defronte do outro, olhando o espaço, como que vegetalizados ambos por um só e mesmo tédio, por um só e mesmo desgosto de existir, por uma só e mesma preguiça de viver.

05. Ouvia-se o relógio palpar.

Sobre a frase acima, é correto afirmar que:

- a) Ela está na voz ativa.
- b) Ocorre voz passiva analítica.
- c) O 'se' é um índice de indeterminação do sujeito.
- d) O termo 'o relógio' exerce a função de sujeito.
- e) Ocorre voz reflexiva.

06. ouvia-se o crepitar das asas de um inseto que se debatia contra as vidraças de uma janela fechada.

Assinale a opção em que o 'que', destacado abaixo, tem emprego idêntico ao destacado na frase acima.

- a) Trabalhe muito, que alcançará o sucesso.
- b) Está notícia tem um que de fantasiosa.
- c) A ciência cria modelos que descrevem a realidade.
- d) Ratifica-se, assim, o conceito de que a conscientização tributária pode representar um ponto de partida
- e) É de fundamental importância que esse profissional aprimore seu entendimento tributário.

07. A casa, na sua adormecida opulência coberta de pó, tinha um duro e profundo aspecto de tristeza.

Na oração acima, as vírgulas foram utilizadas para isolar expressão adverbial que se encontra fora da ordem direta. Assinale a opção em que o emprego da vírgula se dá pela mesma razão.

- a) Fui na existência um navio inútil, sem carga, sem destino, sem bandeiras e sem munições para nenhum combate!
- b) Vaguei, errante e perdido, por todos os mares largos do vício.
- c) E é este despojo, continuou a declamar o pai, sem levar em conta aquelas palavras
- d) Depois de puxar pelos cabelos e bater contra a cabeça os punhos contraídos, exclamou, de braços e olhos arrancados, boas verdades.
- e) Amo-te, entretanto, pobre criança! sempre te ame! O meu amor, porém, nunca te serviu de benefício.

08. o outro já desiludido e velho, a despeito dos seus miseráveis vinte e poucos anos.

A expressão – destacada acima – apresenta valor de:

- a) causa
- b) concessão
- c) conformidade
- d) consequência
- e) condição

09. A casa, na sua adormecida opulência coberta de pó, tinha um duro e profundo aspecto de tristeza.

Qual figura de linguagem acontece no excerto acima:

- a) metonímia
- b) hipérbole
- c) catacrese
- d) personificação
- e) símile

10. Eu tinha dez meses de viúva e havia seis que Paulo me fazia a corte. Por esse tempo propôs-me ele um passeio ao campo e eu aceitei.

O verbo destacado pode ser substituído corretamente por:

- a) faziam
- b) tinham
- c) existiam
- d) fazia
- e) ocorriam

**REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA
DE GOIÁS**

Leandro Signori

11. Para realizar análises mais aprofundadas e orientar políticas públicas para o estado, foram criadas as Regiões de Planejamento do Governo do Estado. Sobre as características dessas regiões, assinale a alternativa correta:

- a) O Oeste Goiano foi delimitado em função de sua homogeneidade socioeconômica e com vistas a ação pública para minimizar os desequilíbrios regionais.
- b) Na região centro goiano, localiza-se a cidade de Anápolis, que apresenta um forte setor industrial, sendo considerada um importantíssimo centro logístico do Brasil central.
- c) Considerada a mais pobre do estado, na região Norte Goiano encontra-se o maior quilombo da América Latina, a comunidade Kalunga.
- d) O maior rebanho bovino e a maior produção de grãos dentre as regiões do estado de Goiás estão no Noroeste Goiano.
- e) A região do Entorno do Distrito Federal apresenta a maior economia entre as regiões de Goiás, com grande destaque para o setor de serviços.

12. Assinale a alternativa que descreve corretamente o que foi o movimento histórico conhecido como Revolução Rubra ou Revolução de 1909:

- a) uma ofensiva armada da família Caiado contra o governo da família Bulhões, que terminou em um acordo onde as duas oligarquias governariam conjuntamente.
- b) a resistência armada das oligarquias goianas à tentativa de Getúlio Vargas de indicar um novo governador ao estado.
- c) um golpe militar que colocou no poder André Xavier, candidato a governador que perdeu a disputa no voto popular.
- d) a disputa de poder entre as oligarquias Bulhões e Xavier, que culminou com o retorno dos Bulhões ao poder.
- e) a resistência da família Caiado contra a decisão de Pedro Ludovico de construir uma nova capital em substituição à cidade de Goiás.

13. A respeito das características físicas do estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) Possuindo morfologia planáltica, na Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia localizam-se as maiores hidrelétricas do estado.
- b) Predomina no estado o solo classificado como latossolo, um solo naturalmente fértil e de baixa acidez, que propiciou a grande expansão da agricultura no estado.
- c) O clima de Goiás é marcado por uma dualidade bem definida entre seu período seco, que se estende de outubro a abril, e seu período úmido, que se estende de maio a setembro.
- d) O Cerrado é caracterizado pela presença de florestas densas e fechadas, entremeadas por campos limpos, características que são reflexos diretos de seu clima.
- e) A palmeira Buriti é uma espécie típica das matas de galeria.

14. Com 7,2 milhões de habitantes (2021), Goiás é o estado mais populoso da Região Centro-Oeste e o 11º mais populoso do país. Sobre as características e alterações recentes na estrutura populacional do estado, assinale a alternativa correta:

- a) A população encontra-se distribuída de maneira regular no espaço, ou seja, Goiás é um estado muito bem povoado, com baixa densidade demográfica.
- b) Nas décadas recentes, a taxa de natalidade é crescente no estado, o que se reflete em um consequente crescimento da população.
- c) O alto crescimento da população do estado de Goiás no século XX está relacionado apenas à construção de Brasília, que atraiu grande quantidade de imigrantes.
- d) Os pardos e os homens são os grupos de maior contingente populacional em Goiás.
- e) Há uma tendência do aumento da expectativa de vida da população do estado e do aumento no número de idosos, reflexos de melhorias nas condições socioeconômicas gerais.

15. A respeito da história de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) A atividade aurífera foi de grande importância para o desenvolvimento econômico da capitania de Goiás, considerada complementar para à colônia, na medida em que abastecia as outras regiões do Brasil colonial.
- b) No período Imperial, a pecuária sofreu grande impacto com a abolição da escravidão, pois era uma atividade realizada essencialmente por escravos.
- c) A decadência da economia açucareira incentivou o bandeirantismo, o movimento expansionista em direção ao interior do território brasileiro, o que está relacionado às primeiras expedições ao atual estado de Goiás e a descoberta de sua relevância econômica por meio do ouro.

- d) Desde seus primórdios, Goiás foi um estado com características econômicas agroexportadoras; na atualidade, apresenta técnicas modernas de cultivo agrícola, que no passado eram caracterizadas pelo sistema denominado de plantation.
- e) A reforma agrária proposta pelo governo de Pedro Ludovico (1930-1945) foi planejada segundo o modelo dos kibutzes de Israel, que tinha como meta principal a produção cooperativa, coletiva e particular.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

- 16.** A respeito de aplicação da lei penal, assinale a assertiva correta.
- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado, adotando-se, assim, a teoria da atividade.
- e) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

17. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma qualificadora do crime de homicídio.

- a) homicídio cometido com emprego de veneno.
- b) homicídio cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- c) homicídio cometido com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- d) homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) homicídio cometido por motivo fútil.

18. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a realização de saques indevidos na conta corrente da vítima, sem o seu consentimento, seja por meio de clonagem de cartão e/ou senha, seja por meio de furto do cartão, seja via internet, configuram o delito de:

- a) furto simples.
- b) apropriação indébita.
- c) furto mediante fraude.
- d) estelionato.
- e) falsidade ideológica.

19. A conduta de prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime, caracteriza o crime de:

- a) favorecimento real.
- b) exercício arbitrário das próprias razões.
- c) prevaricação.
- d) favorecimento pessoal.
- e) Condescendência criminosa.

20. De acordo com a Súmula nº 17 do STJ, quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido. Assinale a alternativa que contém o princípio solucionador do conflito aparente de normas penais sedimentado na referida Súmula.

- a) Princípio da Alternatividade.
- b) Princípio da Especialidade.
- c) Princípio da Fragmentariedade.
- d) Princípio da Consunção.
- e) Princípio da Subsidiariedade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. Manoel, pessoa sem qualquer formação jurídica, desejava ingressar na casa de Pedro sem a prévia permissão deste último. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse ingresso:

- a) poderia ocorrer, em qualquer horário, para fins de socorro;
- b) somente seria possível na hipótese de flagrante delito;
- c) somente poderia ocorrer na hipótese de desastre;
- d) poderia ocorrer, por ordem judicial, em qualquer horário;
- e) somente poderia ocorrer, de dia, na hipótese de flagrante.

22. O art. 5º, XXV, da Constituição da República dispõe que "no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano". Trata-se da modalidade de intervenção do Estado na propriedade por meio da qual o poder público utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente, conhecida como:

- a) servidão administrativa;
- b) requisição administrativa;
- c) ocupação transitória;
- d) limitação administrativa;
- e) desapropriação temporária.

23. Na CF 88 existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais. Mas, quando inexistirem normas gerais por parte da União, os Estados assumem a competência legislativa plena. Trata-se de competência legislativa:

- a) concorrente;
- b) privativa;
- c) exclusiva;
- d) livre;
- e) partilhada.

24. Determinado Governador, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca da capital, consultou o seu advogado sobre a possibilidade de ser requerida a remoção compulsória desse magistrado. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, o requerimento almejado:

- a) pode ser deferido, por motivo de interesse público, pelo respectivo tribunal ou pelo Conselho Nacional de Justiça;
- b) somente pode ser apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça, que é livre para deferi-lo, ou não;
- c) somente pode ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário;
- d) não encontra, em nenhuma hipótese, amparo na ordem constitucional.
- e) nenhuma das alternativas.

25. O Governador do Estado X solicitou, ao Procurador-Geral de Justiça, que o respectivo Ministério Público Estadual passasse a prestar consultoria jurídica à Secretaria de Estado de Saúde, contribuindo, desse modo, para evitar a prática de ilícitos naquele setor. À luz da sistemática constitucional, a solicitação do Chefe do Poder Executivo:

- a) pode ser atendida, desde que a consultoria seja prestada por tempo determinado;
- b) não pode ser atendida, pois ao Ministério Público é vedada a consultoria jurídica de entidades públicas;
- c) pode ser atendida, mesmo que a consultoria seja prestada por tempo indeterminado;
- d) não pode ser atendida, pois o Ministério Público somente poderia prestar consultoria ao Governador do Estado;
- e) pode ser atendida, desde que autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

26. Tratando-se da organização constitucional da segurança pública, é CORRETO afirmar que:

- a) as funções de polícia judiciária da União são exercidas pela polícia federal, pela polícia rodoviária federal, e pela polícia ferroviária federal.
- b) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- c) a polícia militar, o corpo de bombeiro militar, bem como com a polícia civil do Distrito Federal estão subordinadas à União, sob a direção do Presidente da República.
- d) os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações, não lhes cabendo o exercício de funções de polícia judiciária.

e) a polícia militar e o corpo de bombeiro militar constituem forças reservas e auxiliares das Forças Armadas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

27. Determinado inquérito policial foi instaurado, *ex officio*, para apurar determinado crime de extorsão simples, cujo autor teria sido Alexandre. No curso das investigações, e após representação da autoridade policial, o Juízo decretou a prisão preventiva do indiciado, para a conveniência da instrução criminal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 30 dias, a contar de sua instauração.
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, Alexandre terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este não terá acesso aos autos do inquérito.
- c) A manifestação de vontade da vítima é desnecessária para a instauração e desenvolvimento do inquérito policial, no caso narrado.
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, fará coisa julgada material.
- e) A reprodução simulada dos fatos poderá ser determinada pela autoridade policial, estando o indiciado obrigado a se fazer presente, embora não seja obrigado a colaborar na produção da prova.

28. Josiana foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por André. Contudo, Josiana perdoou André, motivo pelo qual decidiu não ajuizar queixa-crime; Bruna foi vítima de crime de ação penal privada praticado por Daniel e, onze meses após ter descoberto a autoria delitiva, ainda não havia ajuizado a queixa-crime.

Nesse caso, é correto afirmar que houve, nos casos de Josiana e Bruna, respectivamente:

- a) renúncia e decadência
- b) perdão do ofendido, em ambos os casos
- c) perdão do ofendido e decadência
- d) perdão do ofendido e renúncia tácita
- e) renúncia e perdão do ofendido

29. No que tange à prisão em flagrante e à prisão preventiva, é correto afirmar que:

- a) inquéritos policiais em curso não são elementos aptos a demonstrar eventual reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.
- b) se a prisão em flagrante for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao preso, com arbitramento de fiança, se for o caso.
- c) nos crimes permanentes o estado de flagrância se prolonga no tempo, o que, porém, não é suficiente, por si só, para justificar busca domiciliar desprovida de mandado judicial, caso não haja indícios mínimos de que, naquele momento, dentro da residência, está-se ante uma situação de flagrante delito.
- d) O STJ admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*, desde que se trate de crime hediondo ou equiparado.
- e) Condições favoráveis como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa obstam a decretação de prisão preventiva.

30. A autoridade policial tomou conhecimento de que uma grande carga de cloridrato de cocaína seria entregue em determinado galpão a Ricardo, às 3h do dia 27.04.2022, na comunidade Quebra-Caixote, Goiânia-GO. Assim, policiais se dirigiram ao local e aguardaram, à paisana, a chegada da carga. Quando a carga de substância entorpecente foi entregue, os policiais deram voz de prisão a Ricardo e ao entregador da carga, pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) flagrante preparado, legal
- b) flagrante provocado, ilegal
- c) flagrante retardado, legal
- d) flagrante esperado, legal
- e) flagrante esperado, ilegal

31. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Juízes e Tribunais não podem impetrar habeas corpus, ainda que verifiquem a existência de coação ilegal.
- b) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não precisará ser renovado.
- c) O Ministério Público poderá impetrar habeas corpus.
- d) Não será cabível o manejo de habeas corpus em processo relativo a crime cuja pena de multa seja a única cominada.
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

32. Na contratação de objeto em que a Administração verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, qual modalidade de licitação será adotada, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

- a) diálogo competitivo.
- b) tomada de preços.
- c) concorrência.
- d) leilão.
- e) pregão.

33. Referente aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) o ato administrativo com vício de motivo admite convalidação, desde por decisão fundamentada da autoridade superior à que o tenha praticado.
- b) a autoexecutoriedade é elemento do ato administrativo que garante à Administração a prerrogativa de impor suas decisões a terceiros, mesmo sem a autorização destes.
- c) a anulação ocorre quando a Administração decide suspender a execução de um ato administrativo que deixou de ser conveniente ou oportuno.
- d) a presunção de legitimidade determina que todo e qualquer ato administrativo é presumivelmente legítimo.
- e) a imperatividade é o atributo do qual se emprega a Administração para obrigar terceiros ao cumprimento de seus atos administrativos sem intervenção do Poder Judiciário.

34. As sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional estão reguladas na Lei 8.429/1992. De acordo com a lei mencionada, é correto afirmar que

- a) constitui ato de improbidade administrativa, que importa enriquecimento ilícito, a conduta praticada de modo doloso ou culposo, no sentido de utilizar, em obra particular, bem de propriedade da Administração.
- b) o herdeiro daquele que causar dano ao erário está sujeito a repará-lo integralmente, independentemente do valor.
- c) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, desde que praticado de modo doloso, negar publicidade a ato oficial, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- d) o ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito é punível com pena de cassação dos direitos políticos.
- e) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, praticado de modo doloso ou culposo, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública.

35. Referente aos poderes e deveres dos agentes públicos, bem como a sua utilização, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Poder discricionário é aquele que a própria lei concede ao agente público para a prática de atos administrativos, autorizando-lhe a escolher, entre várias alternativas possíveis.
- b) O Poder Judiciário nunca poderá revogar um ato editado pela Administração, mas somente anulá-lo, quando for ilegal.
- c) A coercibilidade é atributo do poder de polícia que garante à Administração a possibilidade de impor coativamente ao particular as suas decisões, mesmo sem a concordância deste.
- d) O poder disciplinar consiste na prerrogativa assegurada à Administração Pública para aplicar penalidade aos servidores públicos.
- e) Quando o agente público ultrapassa os limites da competência que lhe foi outorgada pela lei, ocorre desvio de poder.

36. De acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- a) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima com algum dos interessados.
- b) É um dos direitos assegurados ao administrado a possibilidade de agir de modo temerário.
- c) O processo administrativo somente poderá iniciar-se por provocação do interessado, em razão do princípio da inércia.
- d) É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- e) Os procedimentos administrativos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 50 anos terão prioridade na tramitação.

37. Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os empregados das empresas públicas são regidos por estatuto, adquirindo estabilidade após decorridos 3 anos de efetivo exercício.
- b) As sociedades de economia mista somente poderão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.
- c) A criação de uma fundação pública de direito público é expressão do instituto da desconcentração.
- d) A criação de autarquias se fará mediante autorização em lei, a qual poderá prever, inclusive, a criação de suas subsidiárias.
- e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR E NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

38. A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (abolitio criminis) é tida pelo Código Penal Militar como causa:

- a) Extintiva da punibilidade, tal qual a prescrição.
- b) Excludente da culpabilidade, tal qual a imputabilidade penal.
- c) Excludente da antijuridicidade, tal qual o estado de necessidade.
- d) Que afasta o próprio injusto penal, entendido este como a composição do fato típico e ilicitude.
- e) Uma escusa absolutória

39. A, militar da ativa, agindo com animus necandi (dolo de matar), efetuou disparos de arma de fogo contra seu desafeto B, esgotando a capacidade de carga da arma utilizada na empreitada. Logo após a execução dos disparos, A reconheceu a inconsequência de sua conduta e verificou que B, mesmo atingido, não havia morrido. Ato contínuo o próprio agente A encaminhou a vítima até o hospital, logrando evitar a produção do resultado de morte." Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) Não se punirá a tentativa do crime-fim em razão da ineficácia absoluta do meio utilizado por A.
- b) Não há que se falar em tentativa de homicídio. Em homenagem ao instituto do arrependimento eficaz, A responderá tão somente pelos atos praticados.
- c) A responderá por tentativa de homicídio; porquanto, deu início a atos de execução e não alcançou o resultado pretendido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) A tentativa de homicídio estará afastada pelo reconhecimento da desistência voluntária. Mesmo tendo ingressado na fase executória do delito, A responderá apenas pelos atos praticados.
- e) A tentativa de homicídio estará afastada pelo reconhecimento do arrependimento posterior.

40. Com relação aos crimes militares previstos no Código Penal Militar, é correto afirmar que o crime de

- a) desrespeito a superior possui modalidade culposa.
- b) violência contra militar em serviço não possui formas qualificadas.
- c) incitamento possui modalidade culposa.
- d) violência contra superior possui formas qualificadas.
- e) ingresso clandestino pode ser praticado na forma culposa

41. Com relação aos crimes militares previstos no Código Penal Militar, é correto afirmar que o crime de

- a) embriaguez, em serviço, é tipificado apenas na hipótese de o militar se apresentar embriagado para o início do serviço, sendo apenado com reclusão.
- b) desacato a superior é apenado com reclusão e possui forma de agravação de pena na hipótese de o superior desacatado ser o comandante da unidade a que pertence o autor do crime.
- c) dormir em serviço possui modalidade culposa e poderá ser tipificado no momento em que o militar, estando na função de sentinela, abandona seu posto.
- d) desacato a militar possui forma de agravação de pena na hipótese da vítima se tratar de comandante da unidade
- e) o crime de motim é monossujeivo.

42. Quanto às limitações objetivas e subjetivas da busca e apreensão domiciliar, é incorreto afirmar:

- a) A busca domiciliar deve ser procedida de dia, mediante mandado da autoridade judiciária, no período entre 06 e 18 horas.
- b) A busca poderá ser realizada à noite se houver consentimento do morador.
- c) A busca que não for realizada pela própria autoridade judiciária deverá ser precedida de mandado.
- d) A busca domiciliar poderá ser determinada pela autoridade policial militar quando for Encarregada de conduzir o IPM.
- e) A busca domiciliar consistirá na procura material portas adentro da casa.

43. Conforme o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta no que diz respeito à comunicação dos atos processuais.

- a) A citação far-se-á por oficial de justiça mediante mandado, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no país.
- b) A citação far-se-á por oficial de justiça mediante edital quando o acusado estiver servindo ou residindo fora da sede do juízo, mas no país.
- c) A intimação ou notificação de militar em situação de atividade será feita pessoalmente, devendo o militar intimado ou notificado informar a autoridade a que estiver subordinado.
- d) O processo será suspenso quando o acusado que, citado, intimado ou notificado para qualquer ato do processo, deixar de comparecer sem motivo justificado.
- e) A citação feita no início do processo é pessoal, bastando, para os demais termos, a intimação ou notificação do seu defensor, salvo se o acusado estiver preso, caso em que será, da mesma forma, intimado ou notificado.

44. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, e com relação ao Inquérito Policial Militar, assinale a alternativa correta.

- a) O Inquérito Policial Militar deverá terminar dentro de vinte dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- b) A autoridade militar só poderá mandar arquivar autos de inquérito, se conclusivo pela inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- c) Nos crimes contra a honra, ainda que decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado, o Inquérito Policial Militar não poderá ser dispensado.
- d) O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

e) Quando concluído os autos do Inquérito Policial Militar deverão ser remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, contudo os instrumentos desta, assim como todos os objetos apreendidos deverão permanecer em poder do Encarregado que será responsável pela custódia até o término do processo.

45. Em relação à menagem, é correto afirmar que

- a) somente poderá ser aplicada ao militar, ativo ou inativo, sendo vedada a sua aplicação aos civis.
- b) a sua concessão deve observar como requisito subjetivo, que o crime seja apenado com pena privativa de liberdade de reclusão ou detenção.
- c) a sua concessão deve observar como requisito objetivo, que o acusado não seja reincidente.
- d) haverá detração na pena do período, salvo se concedida em residência ou cidade.
- e) poderá ser concedida pela autoridade de polícia judiciária militar.

46. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o instituto da liberdade provisória

- a) não poderá ser aplicado aos crimes culposos contra a segurança externa do país.
- b) poderá ser aplicado a todos os crimes culposos previstos no Código Penal Militar.
- c) poderá ser aplicado ao crime militar de desrespeito a superior quando a infração for punida com pena de detenção não superior a dois anos.
- d) poderá ser aplicado ao crime militar de publicação ou crítica indevida quando a infração for punida com pena de detenção não superior a dois anos.
- e) tem sua aplicação vedada em razão dos valores, hierarquia e disciplina, prestigiados pelo Direito Penal Militar.

LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Antônio Pequeno

47. Assinale a alternativa correta consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

- a) O crime de tortura é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- b) Aquele que se omite diante de condutas tipificadas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de dois a quatro anos.
- c) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a doze anos.
- d) Se o crime de tortura é cometido mediante sequestro, aumenta-se a pena de um sexto até dois terços.
- e) A condenação acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

48. Referente ao Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa correta

- a) O Sistema Nacional de Armas (Sinarm), instituído no Ministério da Defesa, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.
- b) A Polícia Militar expedirá autorização de compra de arma de fogo, após atendidos os requisitos estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo essa autorização intransferível.
- c) A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento dessa Lei.
- d) Ao Exército compete cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade.

e) A autorização para o porte de arma de fogo, de uso permitido em todo o território nacional, é de competência do Sinarm e somente será concedida após autorização da Polícia Federal.

49. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

50. No que concerne à Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta.

- a) Prescrevem em dois anos a imposição e a execução das penas no tocante ao crime de porte de drogas para consumo pessoal.
- b) A pena de prestação de serviços à comunidade, no caso de porte de drogas para consumo pessoal, será aplicada pelo prazo máximo de seis meses.
- c) Em caso de reincidência no crime de porte de drogas para consumo pessoal, a pena de prestação de serviços à comunidade poderá ser aplicada pelo prazo máximo de um ano.
- d) A internação involuntária, nos casos de tratamento do usuário de drogas, perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de cento e vinte dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- e) O inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de sessenta dias, quando solto.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PM-GO-Soldado-Combatente-12-06-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>